

Musealização: passado, presente, futuro e produção de presença*

GUSTAVO CASTANHEIRA BORGES DE OLIVEIRA**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a questão da musealização, entendida aqui, de maneira ampla, como a crescente preocupação com a preservação de relíquias, transformação de objetos em documentos históricos e manutenção de museus, ocorrida nas últimas décadas. Assim, circunscrevemos o fenômeno da musealização num campo maior: a nova temporalidade que surge a partir da década de 1950. Dessa maneira, o texto está estruturado da seguinte maneira: Primeiro, definiremos rapidamente a temporalidade que antecede a atual, seguindo as considerações de Koselleck e Assmann; em seguida trataremos da temporalidade atual, pelo viés da musealização, a partir das considerações de Hartog, Gumbrecht e Lübbe; por fim, analisaremos uma interessante experiência, o Museu do Amanhã, pela ótica da produção de presença e da temporalidade.

Palavras-chave: Temporalidade; Produção de Presença; Museu do Amanhã.

Abstract

This article discusses the issue of musealization, understood as the growing concern for the preservation of relics and maintenance of museums, which occurred in recent decades. So, we circumscribe the musealization phenomenon in a larger field: the new temporality that arises from the decade of 1950. Thus, the text is structured as follows: First, we try to define the temporality before the current, following the considerations of Koselleck and Assmann; then we treat the current temporality, by the bias of musealization, from considerations of Hartog, Gumbrecht and Lübbe; Finally, we will analyze an interesting experience, the Museum of Tomorrow, from the perspective of the production of presence and temporality.

Key-words: Temporality; Production of presence; Museum of Tomorrow.

* Agradeço ao parecerista anônimo pelas excelentes sugestões de melhoria e adequação do texto.



** GUSTAVO CASTANHEIRA BORGES DE OLIVEIRA é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.



Introdução

O presente artigo discute a questão da musealização, entendida como a crescente preocupação com a preservação de relíquias e manutenção de museus, ocorrida nas últimas décadas. Assim, circunscrevemos o fenômeno da musealização em um campo maior: a nova temporalidade que surge a partir da década de 1950. Dessa maneira, o texto está estruturado da seguinte maneira: Primeiro, definiremos rapidamente a temporalidade que antecede a atual, seguindo as considerações de Reinhart Koselleck e Aleida Assmann; em seguida trataremos da temporalidade atual, pelo viés da musealização, a partir das considerações de François Hartog, Hans Ulrich Gumbrecht e Hermann Lübbe; por fim, analisaremos uma interessante experiência, o Museu do Amanhã, localizado na cidade do Rio de Janeiro, pela ótica da produção de presença e da temporalidade.

Nossa ideia é a de demonstrar como diferentes autores perceberam o processo de modernização, principalmente a partir da questão do tempo. Assim, provocaremos algumas reflexões sobre a influência da temporalidade sobre aspectos culturais e sociais, como a inovação tecnológica, que atinge velocidades surpreendentes, e a importância que museus têm assumido em nossa sociedade.

Modernidade e aceleração do tempo

Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p.314), a modernidade é inaugurada a partir do momento em que o horizonte de expectativa se distancia do espaço de experiência, já que até então essas duas dimensões eram bastante próximas. Para o autor (KOSELLECK, 2014, p.165 et. seq.), a doutrina cristã do fim do mundo mantinha o futuro tão atrelado ao passado que as expectativas remetiam sempre às experiências. As expectativas projetadas a partir das experiências não se referiam a este mundo, mas ao além,

ao mundo espiritual. Se uma profecia do fim do mundo não se realizasse, ela seria constantemente reiterada, e o seu erro significava uma maior probabilidade de acerto na próxima vez. Passavam-se gerações entre uma profecia frustrada e o aparecimento de outra nova profecia, de modo que a retomada de uma profecia acompanhava o ciclo natural das gerações. Assim, as expectativas, direcionadas ao fim do mundo, nunca colidiam com as experiências terrenas de longo prazo. Se não houvesse uma mudança fundamental no espaço de experiência desse mundo, a escatologia cristã se reproduziria indefinidamente. Porém, com o advento da modernidade, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa sofrem mudanças radicais. Dois elementos são essenciais nesse processo: o progresso e a aceleração.

O conceito de “progresso” foi criado no século XVIII, com a finalidade de reunir o grande número de experiências dos três séculos anteriores. O desenvolvimento do capitalismo, o crescimento da indústria, as evoluções técnicas, as descobertas científicas, todas essas experiências foram se acumulando desde o começo da modernidade, proporcionando uma melhoria crescente da existência terrena (KOSELECK, 2014, p.314 et. seq.). Essas novas experiências assumem o caráter de “novidade”, já que o passado não mais explicava as inovações que começavam a surgir. Assim, passado e futuro, experiência e expectativa, começam um processo de distanciamento entre si, o que caracteriza a modernidade. Pelo viés terminológico, pode-se falar que o *profectus* espiritual foi substituído pelo *progressus* mundano.

A história humana acabaria por ser encarada como um constante

aperfeiçoamento, rumo à perfeição, antes só atingida no mundo espiritual. Na França, surge a palavra *perfectionnement* (aperfeiçoamento), símbolo da temporalização da doutrina da perfeição. Horizonte de expectativa e espaço de experiência mudaram radicalmente com a modernidade: se antes o futuro podia ser explicado satisfatoriamente pelo passado, agora isso não era mais possível, pois o futuro se torna incerto, inesperado, surpreendente, já que as inovações técnicas e as mudanças políticas pareciam não ter precedentes.

A ideia de progresso propiciou outro elemento característico da modernidade: a contemporaneidade do não contemporâneo. O progresso ordenou grupos, países, classes, regiões, a partir do grau de “desenvolvimento” que esses possuísem. Assim, um grupo tinha a consciência de estar à frente dos outros, e estes deveriam se esforçar para atingir o nível de progresso daquele. Diante disso, aqueles que estivessem no topo da hierarquia se julgavam aptos, e até mesmo encarregados, de levar o “progresso” e a “civilização” para os outros povos. Sociedades que não compartilhavam da contemporaneidade das mesmas inovações técnicas e dos mesmos processos políticos, mesmo assim passaram a ser contemporâneas.

Koselleck (2006, p.152) explica que pode haver dois tipos de progresso: ocorrido de forma constante, ou de forma acelerada. Se o aumento da produção for sempre o mesmo dentro de períodos iguais, então temos um progresso constante. O progresso acelerado só ocorre se existir um aumento de produtividade, ou seja, a produção aumenta de forma variada dentro dos mesmos períodos de tempo. A aceleração só ocorre se constatarmos aumentos geométricos, e não

aritméticos, em iguais períodos de tempo. Se, por exemplo, há uma empresa que durante 20, 30, ou até mesmo 40 anos, registrou um crescimento de 5% ao ano, então, temos um progresso constante, pois o aumento da produção foi sempre o mesmo em períodos de tempo iguais. Por outro lado, se temos uma empresa que no primeiro ano cresceu 5%, 20% no segundo, 60% no terceiro, 200% no quarto, 2000% no quinto, e assim por diante, então, o que existe é um progresso acelerado, pois o aumento da produtividade é totalmente diferente em iguais períodos de tempo.

Assim, a aceleração é mais do que uma simples mudança e mais que meramente progresso, ela qualifica o “progresso da história”. A mudança, *mutatio rerum*, sempre existiu na história da humanidade, porém “[...] a mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes.” (KOSELLECK, 2006, p.153). Isso caracteriza a experiência da aceleração.

Koselleck salienta o seguinte: a aceleração é um conceito em perspectiva, só sendo evidenciado a partir da comparação entre gerações contemporâneas, que, apesar de compartilharem um espaço de experiência comum, o mesmo é refratado.

Na esteira das considerações de Koselleck, Aleida Assmann (2013, p.39-56) elenca cinco aspectos presentes no que ela chama de Regime de tempo moderno: tempo de ruptura, ficção de um novo começo, destruição criativa, invenção do histórico, e aceleração da mudança. Por tempo de ruptura, Assmann entende que a estrutura temporal do progresso, típica

da modernidade, depende de sucessivas e ininterruptas rupturas, imprimindo uma dinâmica de constante inovação. Assim, como Koselleck já demonstrara, a ruptura entre experiência e expectativa é crescente ao longo da modernidade. Diferentemente das épocas pré-modernas, que acreditavam em origens míticas, com histórias que se situavam pra além do tempo e alcance humanos, a modernidade cria para si um começo terreno, dentro de uma ordem do tempo humana. A modernidade se vê como um novo tempo graças ao esforço humano que leva ao aperfeiçoamento.

A destruição criativa aparece como metáfora para a dinâmica evolucionária moderna: é usada tanto pelo anarquista russo Mikhail Bakunin, que queria construir uma nova sociedade a partir da destruição daquela em que ele vivia, quanto pelo economista Joseph Schumpeter, que acreditava que o capitalismo se renovava a partir da destruição de estruturas já estabelecidas. A modernidade faz surgir também um expressivo interesse pelo estudo do histórico: museus, arquivos públicos e privados, são exemplos de instituições que ganham importância a partir do século XIX. Por fim, há a aceleração da mudança: as coisas não mudam simplesmente de maneira rápida, mas cada vez mais essa velocidade é maior, ou seja, a aceleração é o elemento central para compreendermos as mudanças na modernidade.

As inovações técnicas, os avanços da ciência, os conflitos políticos, as crises sociais, todos esses fatores fazem com que o tempo pareça acelerado. Esse processo de aceleração do tempo, que teve início no limiar da modernidade, encontra-se hoje, início do século XXI, em um momento complexo, onde há aqueles que querem frear essa aceleração, e outros que querem a

continuidade dessa aceleração. Diante disso, resta a pergunta: como podemos nos referir ao tempo atual, esse que vivemos agora, nesse exato momento?

Presente e musealização

Um dos teóricos que se destaca no debate sobre as características da temporalidade ocidental atual é o historiador francês François Hartog. Na obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*, o autor trabalha os dois conceitos que estruturam suas análises: Regime de historicidade e Presentismo.

Segundo o autor (HARTOG, 2014, p.28):

“Regime de historicidade”, escrevíamos então, pode ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana”.

Para Hartog, a noção de regime de historicidade pode servir de instrumento para comparar as diversas formas que diferentes sociedades encaram a história, colocando em destaque as várias maneiras que os seres humanos se relacionam com o tempo. Assim, o historiador poderia comparar, por exemplo, as maneiras pelas quais uma sociedade tribal da África meridional no século XIV, um feudo do século XI localizado na região hoje conhecida como França, e uma metrópole latino-americana no século XXI, se relacionam, cada uma a seu modo, com o tempo. A noção de regime de historicidade pressupõe então, que o tempo não é experimentado da mesma maneira por todas as sociedades, mas cada uma possui, de maneira singular,

uma relação com o passado e com o futuro.

Hartog analisa quatro regimes de historicidade: o heróico, o cristão, o moderno, e o “presentismo”, que seria o atual. O primeiro diz respeito a uma ordem do tempo caracterizada por narrativas míticas, baseada em arquétipos e origens mitológicas e não em histórias singulares que se acumulam. O regime cristão é baseado na espera de um juízo final, marcando o horizonte futuro através desse evento esperado. O regime moderno segue as análises feitas por Koselleck, ou seja, é caracterizado pela distância entre e experiência e expectativa. Por fim, o presentismo é o regime atual. Por motivos óbvios, nos deteremos apenas nesse último.

Segundo as descrições do autor (HARTOG, 2014, p.140 et. seq.), o século XX foi o palco histórico da aproximação entre futurismo, fortemente marcado pelo regime de historicidade moderno, e presentismo. As primeiras décadas foram mais futuristas do que presentistas, já o fim do século viu essa relação se inverter. O *manifesto futurista*, escrito em 1909 por Marinetti, é um exemplo da “fome de futuro” presente no começo do século XX. Para os futuristas, a Itália deveria se libertar do passado arcaico, símbolo de atraso, e seguir em alta velocidade rumo ao futuro, sinônimo de um tempo novo e melhor. As vanguardas artísticas compartilharam dessa vontade de futuro, basta ver que foi escrito um *Manifesto dos pintores futuristas* também no começo do século. Hartog cita outros impulsos para o futuro que dominaram a Europa após a Segunda Guerra Mundial: o “futuro radiante” socialista, o “Milagre” alemão e o período dos “Trinta Gloriosos” anos franceses.

A partir da segunda metade do século XX o presente passa a ocupar cada vez mais o espaço do futuro. Os *slogans* “esquecer o futuro” e “No future” marcaram o encerramento da década de 1960 e grafaram nos muros das grandes cidades as desilusões que se seguiram. Junto com os anos 1970 vieram a fragmentação das ideias revolucionárias, a crise econômica de 1974, o crescente desemprego, as dificuldades enfrentadas pelo Estado de Bem-Estar Social, e um horizonte que apontava não mais para o futuro, mas sim para o presente.

A força motriz responsável pela ascensão do presentismo, sempre segundo Hartog, se encontra no desenvolvimento de uma sociedade de consumo, na qual as inovações produzidas com alta tecnologia e em larga escala tornam, cada vez mais depressa, obsoletos os seres humanos e os objetos. “Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero.” (HARTOG, 2014, p.148). O regime presentista coincide também com o desemprego em massa: aquele que se encontra sem um emprego assalariado acaba por se confinar em um contínuo presente, carregado de dificuldade e desespero. A supervalorização da juventude, a não aceitação do envelhecimento, os vários procedimentos estéticos criados para “barrar” a passagem dos anos, a disseminação do *tempo real*, todos esses elementos são sintomas de um regime presentista.

Três palavras-chave são representativas do processo de mudança de horizonte do futuro para o presente: memória, patrimônio e comemoração. Todos esses elementos remetem a um outro: identidade. A partir da década de 1970 há uma crescente preocupação com a preservação de monumentos, objetos,

culturas tradicionais, espécies animais e vegetais. Pouco a pouco a preservação do patrimônio foi tomando o lugar da lógica da modernização. Esse impulso é igualmente uma busca de memória, de raízes, uma verdadeira constituição de identidade pelo passado. Por fim, é necessário comemorar em nome dessas memórias, dessas identidades e desses patrimônios.

Finalmente chega-se a 1989. Esse é o corte temporal que, na visão de Hartog, estabelece o presentismo como regime de historicidade hegemônico, superando de vez o regime moderno. São procuradas novas relações com o tempo: o futuro parece ser mais imprevisível do que nunca e, ao contrário da visão moderna progressista, ganha contornos pessimistas, principalmente no que se refere ao meio ambiente, às condições climáticas e ao aumento do consumismo; o passado ganha o caráter de imprevisibilidade, sendo reconhecido como um tempo que já foi um presente carregado de incertezas e portador de vários futuros possíveis. Eis então o presentismo: um presente fechado em si mesmo.

Hartog percebe a crescente importância que assumem os espaços de memorização nas últimas décadas:

Pode-se constatar a verdadeira “explosão” dos monumentos do Holocausto nos anos recentes em vários países ou, na França, o impacto do filme “Le Chagrin et la Pitié” (1971) de M. Ophuls. Rememoração, conservação ampla, ou renovação e reabilitação nas políticas urbanas têm valido contra a simples modernização, desafiando a sua até então inquestionada evidência (HARTOG, 2003, p.29).

O filósofo alemão Hermann Lübke também enxerga uma crescente valorização social de museus nas

últimas décadas. De acordo com o autor (LÜBBE, 2016, p.287 et. seq.), o futurismo italiano foi um grande “inimigo” dos museus, ou pelo menos assim o movimento se enxergava, sendo que Marinetti chegou a se referir a eles como sendo cemitérios que impediam o advento do futuro artístico. Entretanto, o futurismo teria contribuído para o processo de musealização, já que a corrida por inovação faz com que as inovações anteriores se tornem rapidamente envelhecidas.

Além do processo de musealização, Lübbe cita a instituição do arquivo como uma característica da modernidade. O principal objetivo dos arquivos não seria outro que não o de subsidiar a auto-historicização da sociedade, já que sua utilidade prática é quase que totalmente irrelevante. O autor nos mostra interessantes dados: cerca de 90% do material arquivado será destruído, e, dependendo do tipo de informação constante no material arquivado, apenas 3% do documento original é arquivado permanentemente. O autor chama de “precepção” esse ato de selecionar o que será arquivado (lembrado) e o que será destruído (esquecido), supondo o que do nosso presente será de maior interesse para as gerações futuras.

Lübbe enxerga uma relação compensatória entre a acelerada evolução da sociedade moderna e a historicização de suas relíquias:

Complementarmente a taxa de inovação aumenta o montante de relíquias históricas e assim, ao mesmo tempo, a quantidade dos bens culturais que para se manterem compreensíveis ou voltarem a ser compreendidos demandam uma explicação especial do ponto de vista metodológico – ou seja, uma explicação histórica (LÜBBE, 2016, p.293).

A instituição do arquivo, os processos de preservação de patrimônio e a musealização são resultados dessa relação compensatória: quanto mais inovação produzimos, mais historicizamos nosso passado. Assim, o autor explica o porquê de numa civilização altamente científica e pautada no desenvolvimento tecnológico haver um crescente interesse histórico e um impulso de preservação patrimonial.

De forma diferente de Hartog e de Lübbe, mas igualmente interessante, o alemão Hans Ulrich Gumbrecht constrói atraentes análises sobre a temporalidade característica das últimas décadas. Segundo o autor, o século XIX representou o ápice do que ele chama de “cronótopo tempo histórico” (GUMBRECHT, 1998), que tão bem foi descrito por Koselleck e caracterizado pela distância entre experiência e expectativa e pela crença no progresso. Entretanto, o pós-guerra trouxe com si um novo cronótopo, chamado por Gumbrecht de “amplo presente” (GUMBRECHT, 2015, p. 15 et. seq.). Dentre os principais sintomas dessa nova relação com o tempo está a nossa expectativa de futuro: não mais acreditamos na ideia de progresso constante e de que o futuro será absolutamente melhor que o nosso presente, ou seja, o futuro não nos aparece mais como um horizonte aberto a possibilidades. Tópicos como o do aquecimento global, superpopulação, escassez de recursos e agressão ao meio ambiente, tornam nossos prognósticos um pouco pessimistas e nos faz encarar o futuro como uma possível ameaça. Por outro lado, os passados ao invés de servirem de orientação acabam por inundar o nosso presente. Entre um futuro ameaçador e um passado que não nos orienta há um presente com

dimensão de simultaneidade que se expande.

Esse presente amplo contrasta com o presente “estrito”, característico do cronótopo do tempo histórico, o qual possuía um futuro aberto e um presente que, quando não oferecia orientações, era delimitado em relação ao presente. Esse presente estrito era o hábitat epistemológico do sujeito cartesiano, focado na abstração, na espiritualização, na consciência e na hermenêutica. Já o amplo presente abre espaço para a emergência de um sujeito epistemológico centrado na concretude, na corporalidade, na superfície, em síntese: na presença.

Em contrapartida à produção de sentido, típica do sujeito cartesiano e preocupado com a interpretação dos sentidos ocultos dos objetos, Gumbrecht tematiza a produção de presença. Presença diz respeito não a uma relação temporal com as coisas e o mundo, mas espacial, sendo que algo “presente” “deve ser tangível por mãos humanas – o que implica, inversamente, que pode ter impactos imediatos em corpos humanos.”. Assim, produção de presença se refere a “todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos ‘presentes’ sobre corpos humanos.” (GUMBRECHT, 2010, p.13). Em síntese, podemos entender presença como “presentificação do passado”. Essas produções de presença podem se dar, por exemplo, através da música, das artes plásticas ou da poesia, que ao afetarem os nossos sentidos nos “traz de volta” algum passado.

Tanto Gumbrecht, quanto Lübbe e Hartog apresentam algum consenso, apesar de terem também algumas diferenças. O fato de que as últimas décadas apresenta uma temporalidade diferente daquela característica do

século XIX é categoricamente afirmado por esses autores, talvez Lübbe seja menos explícito e mais cauteloso em delimitar os contornos de uma possível nova temporalidade. O que Hartog, pela chave dos regimes de historicidade, chama de presentismo, Gumbrecht, se guiando pela ideia de cronótopo, nomeia amplo presente. Apesar de todas as diferenças de interpretação desses dois autores, a impressão de que o horizonte de futuro está fechado, de que o passado não oferece mais orientação, e de que o presente se tornou autorreferente é compartilhada por ambos. Lübbe, pela perspectiva da compensação, percebe um presente que incessantemente historiciza suas relíquias que há pouco tempo eram na verdade inovações.

Nas considerações de Hartog, nas de Gumbrecht e nas de Lübbe, a questão da musealização é algo em comum. O museu que aloca relíquias constantemente historicizadas também guarda objetos que, além de servirem a comemorações em um presente presentista, produzem presença através da afetação dos sentidos de seus espectadores. Mas, o que é um museu? Uma instituição que guarda peças do passado? Não exatamente, ou melhor, não é somente isso.

“Eu vejo um museu de grandes novidades”

Tradicionalmente, museus são instituições onde objetos considerados antigos ficam em exposição. Esses objetos podem ser ferramentas que não mais têm a utilidade prática que usualmente tinham, como, por exemplo, uma máquina de escrever e um microscópio do século XIX, ou podem ser obras consideradas de grande valor artístico, como um quadro. No entanto, Hartog chama atenção para um fato característico do regime presentista: a

musealização do presente. O exemplo que ele nos dá é o fato de que, imediatamente após a queda do muro de Berlim, os destroços já eram coletados em meio à destruição e guardados como relíquias. Por sua vez, Lümman cita a rápida musealização que as vanguardas europeias do início do século XX sofreram. Em museus especializados em objetos eletrônicos o efeito pode ser mais explícito, já que alguns aparelhos que usávamos há quinze anos hoje estão obsoletos.

Se os museus parecem “invadidos” pelo presente, e tradicionalmente são o abrigo do passado, seria estranho nos perguntarmos se não haveria espaço para o futuro? Aparentemente não é, não mais. O Museu do Amanhã, localizado na cidade do Rio de Janeiro, como o próprio nome pode sugerir, é um museu onde passado, presente e futuro são o centro das atenções.

O Museu do Amanhã foi construído no Porto Maravilha, perto da “Praça Mauá onde o Elevado da Perimetral é uma lembrança do passado e os trilhos do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) são uma promessa para o futuro.”. O museu “examina o passado, apresenta tendências do presente e explora cenários possíveis para os próximos 50 anos a partir das perspectivas da sustentabilidade e da convivência.” (COMPANHIA, 2016).

De olho nas grandes tendências dos próximos cinquenta anos, o museu explora as seguintes temáticas: mudanças climáticas; alteração da biodiversidade; crescimento da população e da longevidade; maior integração e diferenciação de culturas; avanço da tecnologia e expansão do conhecimento. A exposição principal divide-se em cinco áreas: Cosmos, Terra, Antropoceno, Amanhã e Nós. Cada uma dessas áreas é

respectivamente enviesada pelas seguintes perguntas: de onde viemos? Quem somos? Onde estamos? Para onde vamos? Como queremos ir? O passeio começa por uma exposição da origem do nosso universo, passa pelo presente atual, e se encerra com reflexões sobre um possível futuro que teremos. Após percorrer essas cinco áreas localizadas no interior do museu, um “belvedere se abre sobre a Baía e o público volta ao “hoje” renovado”.

Pautado no conceito de museu experiencial, o espaço traz conteúdos que são apresentados de maneira sensorial, interativa e conduzidos por uma narrativa. Em todas as áreas e exposições, o público interage com jogos colaborativos, telas, e é afetado por experiências de luz e som.

Primeiramente, um museu do amanhã não contradiria as afirmações de Hartog e as de Gumbrecht sobre um regime de historicidade, ou um cronótopo, centrado no presente e com o horizonte de futuro fechado? Aparentemente sim, mas um olhar mais detido revela algo fundamental: o futuro exposto no referido museu aparece como uma alternativa positiva a um futuro ameaçador que bate à nossa porta. Se o futuro do século XIX parece fazer um apelo à ação – consuma mais, trabalhe mais, produza mais, descarte mais -, o futuro do atual presente vai à direção contrária – consuma menos, não descarte, recicle. O horizonte de expectativa moderno está aberto ao progresso e um futuro melhor é o projeto hegemônico, carregado de otimismo. Já o horizonte atual nos apresenta um futuro ameaçador, e é somente um outro projeto, não hegemônico, que apresenta alternativas a algo que parece difícil de ser contornado. O tema da sustentabilidade, um dos norteadores do museu, é

bastante representativo ao propor práticas que mais são uma contrapartida a um futuro assustador do que propriamente o reflexo de um conjunto de crenças em um tempo de bem-aventuranças que está a nossa espera. A estratégia da sustentabilidade age pelo convencimento e pela educação, principalmente das novas gerações, mas também pelo medo: “se continuarmos a fazer isso, teremos aquilo, e aquilo não é nada bom.”. Logo, o medo de “ter aquilo num futuro” é bastante “pedagógico”.

Outro ponto de diferença entre o horizonte de expectativa atual e o dito moderno se refere ao objeto de atenção: as “utopias” sociais, projetos de distribuição de riquezas e maior justiça social, que povoaram o século XIX parecem estar com menos fôlego no século XXI. É explícito o fato de que a dimensão política, especificamente aquela que diz respeito à estrutura econômica das nossas sociedades, não tem o mesmo espaço que os projetos de sustentabilidade e avanço tecnológico ocupam. Parece que o quadro de grandes opções que temos é o seguinte: sofrer com um futuro catastrófico, marcado por falta de recursos naturais, altas temperaturas e superpopulação, tudo isso agravado por um capitalismo selvagem; ou investirmos em sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e construirmos um (pretenso) futuro seguro... dentro de uma sociedade neoliberal. Em suma: a estrutura socioeconômica não é a pauta do dia.¹

¹ O historiador espanhol Julio Aróstegui enxerga parte das contestações sociais atuais como apenas uma busca por inserção no modelo de consumo capitalista, e não um questionamento da estrutura capitalista em si. O pano de fundo de sua análise é justamente a atestação de que a ausência de um grande projeto político que faça frente ao liberal capitalista provoca a saída de

Segundo: a questão da presença. É visível como a tecnologia é capaz de produzir presença. Imagens hiper-realistas projetadas em telas com uma nitidez impressionante, sincronismos de imagem, luz e som, odores, todos esses recursos nos levam, por um momento ao menos, a um outro lugar em um outro tempo. Entretanto, há um ponto interessante quando levamos o amanhã para dentro do museu. Geralmente, os teóricos da presença (KLEINBERG, 2012) (KLEINBERG, 2013) (RUNIA, 2006) fazem referência à presentificação do passado, pensando em como o passado nos afeta. Mas, e quanto a sermos afetado pelo amanhã, poderíamos falar em presentificação do futuro? À medida que o Museu do Amanhã intenta a sensibilização do público a partir de uma imagem de futuro, essas pessoas estariam afetadas pelo futuro, ou melhor, pelas inúmeras projeções e expectativas de futuro. Poder-se-ia argumentar sobre a diferença ontológica entre passado e futuro: aquele já foi (real) algum dia, esse ainda não foi (real)². Assim, o

questões sociais do centro do debate político atual: “Estamos ante una rebelión no creativa, sino en cierta manera conservadora; no es una respuesta contra la pobreza simbólica, instrumental o institucional de una cultura-espectáculo, sino una búsqueda de su reproducción a partir del protagonismo que se tiene en ella. En alguna manera, puede hablarse de una rebelión dentro del espectáculo mismo, de una rebelión de los “actores secundarios”. Las gentes se esfuerzan, en comportamientos dramáticos a veces, por ‘aparecer en el escenario’. Es la rebelión por el protagonismo, de quienes quieren participar en la representación.” Cf. ARÓSTEGUI, Julio. La Historia Viva: sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004. p. 370.

² A discussão sobre a diferença de realidade entre passado e futuro poderia se complexificar ao trazermos para o debate as considerações de Hayden White sobre a dimensão ficcional presente no trabalho do historiador. Se seguissemos radicalmente tal hipótese, seria

passado, por ter já acontecido é capaz de fornecer subsídios para a sua presentificação, enquanto o futuro não possui nada para ser presentificado.

É válido também o argumento de que nossas expectativas são construídas tendo como base nossas experiências e suas reelaborações, ou seja, quando somos afetados pelo futuro na verdade estamos sendo afetados pelo passado que contribui na sua construção. Assim, a presumível presentificação de futuro seria na verdade a presentificação de imagens de futuro baseadas nos nossos passados. Um exemplo dará mais relevo ao argumento: quando somos afetados por cenas de um futuro agradável, ligado à natureza, transmitidas por telas de alta resolução, e sentimos o cheiro de grama após ser molhada pela chuva e pensamos em como o futuro precisa ser sustentável, na verdade somos afetados pelas nossas memórias de momentos que já vivemos e então as conectamos com expectativas de futuro. Desse movimento, entre memória e expectativa, nasce uma síntese: a presentificação de algo.

Entretanto, o assunto parece complexo. A presentificação do futuro merece mais tempo, com o perdão do trocadilho, para que se reflita sobre ela. O fato de o futuro fazer parte de um museu é, no mínimo, interessante. A tarefa do historiador é a de problematizar esse fato, porém não devemos deixar de notar que os usos do futuro pela Filosofia da História³ do

difícil afirmar que, em determinado presente, o passado possui um grau de realidade que o futuro não possui. Cf: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

³ Exemplo disso é o livro de José Carlos Reis sobre a consciência histórica ocidental, onde o autor faz uma relação, a meu ver, bastante questionável, entre as filosofias da história de

século XIX e por projetos totalitários no século XX criaram um certo receio por parte da historiografia de se falar em futuro⁴. Mas, tão preocupante quanto os usos políticos do futuro é o seu “encobrimento”, na verdade a própria escolha por não trabalharmos com a dimensão do amanhã é em si uma opção política. Não podemos ser ingênuos, a defesa do *status quo* vem muita das vezes disfarçada de cautela (exagerada) quanto ao futuro.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. *La Historia Vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ASSMANN, Aleida. Transformations of the Modern Time Regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs). **Breaking up time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.

COMPANHIA de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. Porto Maravilha. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/museu_amanha>. Acesso em: 16 jul. 2016.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Cascatas de modernidade**. In: _____. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

Nietzsche e Hegel e trágicos acontecimentos do século XX, como a Segunda Guerra Mundial e a ascensão do Nazismo. Cf. REIS, José Carlos. *História da consciência histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2013.

⁴ A ideia de que a democracia liberal-ocidental do fim do século XX representa o ápice das estruturas sociais humanas, e de que após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética os projetos socialistas conheceram uma derrota que os sepultaram de vez, encontra abrigo em parte do pensamento ocidental. Cf: FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Nosso amplo presente:** O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Produção de Presença:** o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2010.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade.** Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2014.

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148, p. 09 – 34, 2003.

KLEINBERG, Ethan. Presence in Absentia. In: KLEINBERG, Ethan; GOSH, Ranjan (Eds.). **Presence:** Philosophy, history and cultural theory for the twentieth first century. New York, London: Cornell University Press, 2013.

_____. Back to where we' ve never been: Heidegger, Levinas and Derrida on tradition and history. **History and Theory**, n.51,p. 114 – 135, dez. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo:** estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

LÜBBE, Hermann. Esquecimento e Historicização da memória. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 285-300, abr. 2016.

REIS, José Carlos. **História da consciência histórica ocidental contemporânea:** Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Editora Autêntica 2013.

RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, n.45, p.1-29, fev. 2006.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Recebido em 2016-09-23
Publicado em 2017-06-07